

2005_03_31

Destaque

Gazeta Mercantil

Preços e lentidão dos leilões afetam ação das elétricas

São Paulo, 31 de Março de 2005 - São 21 empreendimentos concedidos ainda sem licença ambiental. Além das 17 novas usinas que devem ser leiloadas ainda este ano, de acordo com a Abdib, existem pelo menos 21 empreendimentos já concedidos, totalizando 3 mil MW, sem a licença ambiental. Outros 9 mil MW em projetos sofrem entraves com outras licenças, como a de instalação ou operação.

Para a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), os entraves ambientais também estão relacionados ao grande número de órgãos que podem influenciar na obtenção da licença ou paralisação do projeto. "Um sem número de entidades podem paralisar o empreendimento a qualquer momento. São muitas instituições, muita gente opinando. O Ministério Público, as agências estaduais, o Ibama, o Movimento dos Atingidos por Barragens, Funai, o Patrimônio Histórico", enumerou Godoy, da Abdib. Para ele, a multiplicidade de visão dos órgãos licenciadores, gera sobreposição de funções, acarretando atrasos nos prazos de licenciamento. Por isso, o presidente da ABCE, Evandro Coura, propôs a uniformização das exigências de todos os órgãos licenciadores.

Outra preocupação dos agentes em relação ao leilão de novos empreendimentos é a necessidade de financiamentos. Estima-se que seja necessária uma expansão anual de aproximadamente 3 mil MW, o que representa investimentos de cerca de R\$ 5 bilhões ao ano. Embora o BNDES já tenha declarado estar estruturando uma linha de financiamento para as novas usinas, representantes temem que os recursos a serem disponibilizados pelo banco não sejam suficientes.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores, Claudio Sales, afirma que o governo aposta na financiabilidade natural do leilão, baseado no formato das disputas das linhas de transmissão. Segundo ele, isso não daria certo, entre outros motivos porque os riscos são mais altos e os prazos de operação mais longos em projetos de geração. Para ele, a alternativa é a estruturação de "project finance".

Além dessa alternativa, o presidente da Abdib sugere o estabelecimento de mecanismos que atraiam a atenção de recursos investidos em fundos, como por exemplo a isenção do imposto de renda. "Existem cerca de R\$ 800 milhões aplicados em fundos de renda fixa, mas enquanto a Selic se mantiver alta, não há como atrair esses recursos para projetos de infra-estrutura, que têm rentabilidade de longo prazo; a competição é desigual", afirmou.

Mercado Livre em alta

As incertezas na geração são acompanhadas de longe pelo mercado de livre negociação de energia, que apresentou um crescimento de 50% no mercado em 2004 e mantém a mesma tendência para este ano. "A comercialização tem gerado uma mudança radical no setor elétrico", afirmou Raimundo Batista, diretor da Enecel Energia. Ele analisa que nos últimos anos, com a crise do setor, que levou ao racionamento, as empresas passaram a acompanhar de perto seus consumos de eletricidade e agora começam a fazer planejamento da demanda futura, o que, para os consumidores livres, foi determinado por lei. "Isso dá a condição da empresa atuar melhor no mercado", explicou.

Além disso, para os próximos anos, aumentará a competição entre as comercializadoras, que já começam a diversificar sua atuação, oferecendo, além da compra e venda de energia, consultoria, gestão de contratos e negociação de créditos de carbono.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 8)(Luciana Collet)